
	Universidade federal de Juiz de Fora Instituto de Ciências Humanas Departamento de Turismo Curso de Bacharelado em Turismo		
NOME DA DISCIPLINA TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS		CÓDIGO DA DISCIPLINA TUR088 E TUR588	
CARÁTER DA DISCIPLINA	OBRIGATÓRIO <input type="checkbox"/> ELETIVO <input checked="" type="checkbox"/> OPCIONAL <input type="checkbox"/>	CARGA HORÁRIA	TEÓRICA (45 HORAS) PRÁTICA (15 HORAS)
<p>EMENTA:</p> <p>A disciplina "Turismo e Áreas Protegidas" contempla uma reflexão crítica sobre o <i>ideário</i> de criação de Áreas Protegidas e sua relação dialética com a prática turística. Nesse sentido, são debatidos os significados e repercussões do turismo em áreas naturais protegidas, sobretudo em termos das principais definições e tipologias, arcabouço político-legal e impactos socioespaciais, em sentido amplo. Ao mesmo tempo, a disciplina compreende um debate sobre a natureza, implicações e desafios associados ao processo de ordenamento e planejamento territorial vinculado à criação e gestão de áreas protegidas e sua interface com o turismo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • PROGRAMA TEÓRICO <p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:</p> <p>1. ORIGEM, EVOLUÇÃO E SIGNIFICADOS DO IDEÁRIO DE CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS</p> <p>1.1 Os processos de (re)construção de uma ordem de proteção da natureza: as áreas protegidas no âmbito do surgimento e consolidação de uma agenda ambiental global</p> <p>1.2 Trajetória da criação de áreas protegidas no mundo e no Brasil: marcos históricos e conceituais, principais organizações públicas e da sociedade civil, tipologias e categorias de manejo</p> <p>1.3 Diretrizes internacionais de conservação da natureza</p> <p>1.4 Políticas e legislações de áreas protegidas aplicáveis ao turismo</p> <p>2. PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCS) NO BRASIL</p> <p>2.1 Histórico</p> <p>2.2 Legislação e diretrizes políticas aplicadas às unidades de conservação</p> <p>2.3 Tipologias de Unidades de Conservação</p> <p>2.4 Principais conceitos e definições (biodiversidade, unidade de conservação, preservação e conservação, populações tradicionais, entre outros)</p> <p>3. TURISMO E A QUESTÃO AMBIENTAL</p> <p>3.1 Turismo ecológico, turismo de natureza, turismo "sustentável" e ecoturismo: conceitos, definições e interrelações</p> <p>3.2 Turismo em áreas naturais</p> <p>3.3 Impactos socioespaciais, ambientais, culturais e econômicos do turismo em áreas protegidas</p> <p>3.4 Indicadores de mensuração de impactos do turismo em áreas protegidas</p> <p>4. ORDENAMENTO TERRITORIAL, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO</p> <p>4.1 Processos de criação e gestão de unidades de conservação e suas repercussões socioespaciais</p> <p>4.2 Unidades de conservação e sobreposição de diferentes exercícios de territorialidade (Estado, Iniciativa Privada, ONGs, Turismo, Comunidades)</p> <p>4.3 Instrumentos de gestão e planejamento territorial de unidades de conservação e turismo (Conselhos Gestores, Planos de Manejo, Zoneamento)</p> <p>4.4 Governança territorial, unidades de conservação e turismo</p> <p>5. ÁREAS PROTEGIDAS, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E TURISMO</p> <p>5.1 Etnoconservação e Turismo</p> <p>5.2 Interfaces do Turismo e da Conservação com outros saberes.</p> <p>5.3 Turismo em Terras Indígenas</p> <p>5.4 Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • PROGRAMA PRÁTICO <p>OBJETIVO:</p> <p>Possibilitar ao discente a vivência e o estudo de processos de ordenamento e planejamento territorial vinculados à criação e gestão de áreas protegidas e sua interface com o turismo.</p> <p>Desenvolver o perfil e a visão crítica dos alunos na área da pesquisa em turismo.</p> <p>Correlacionar e aplicar em termos práticos os conceitos apresentados e debatidos em sala de aula.</p>			

JUSTIFICATIVA:

O trabalho de campo da disciplina Turismo e Áreas Protegidas é um requisito fundamental para a formação do aluno, ao: Desenvolver o olhar crítico do aluno sobre as relações e as implicações do turismo em áreas protegidas, a partir do contato com realidades cujo fenômeno turístico possui representatividade econômica, política, cultural e socioespacial no interior ou no entorno de unidades de conservação.

Contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades do discente sobre métodos e técnicas de pesquisa de campo (organização e sistematização da pesquisa, levantamento bibliográfico e documental, elaboração de roteiros de entrevistas e questionários, tabulação e análise de dados);

Possibilitar que trabalhos práticos desenvolvidos no campo funcionem como retorno social da UFJF às comunidades e organizações visitadas.

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO:

O trabalho de campo envolverá a realização de um exercício de pesquisa sobre a natureza, significados, relações e implicações do turismo no contexto de áreas protegidas, especialmente unidades de conservação, como Parques. Semestralmente, será selecionada uma unidade de conservação para a realização do trabalho de campo. Os alunos terão a oportunidade de vivenciar a natureza e complexidade dos processos turísticos, suas implicações socioespaciais e desafios de implementação associados às áreas protegidas.

Para tanto, tendo por base uma proposta de pesquisa sistematizada pelo professor, os alunos se dedicarão, primeiramente, ao planejamento do trabalho de campo, que envolverá o seguinte conjunto de atividades: pesquisas secundárias por meio do levantamento de artigos, estudos e documentos sobre a realidade a ser investigada, construção dos instrumentos de pesquisa, contatos prévios com sujeitos sociais a serem investigados.

Durante o trabalho de campo, os alunos terão a oportunidade de conhecer a realidade em estudo e realizar o processo de levantamento de dados, que poderá versar sobre os seguintes temas: Impactos socioespaciais, ambientais, culturais e econômicos do turismo em áreas protegidas; Indicadores de mensuração de impactos do turismo em áreas protegidas; Governança territorial, unidades de conservação e turismo; Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social.

Após o trabalho de campo, a disciplina prevê a apresentação das análises e resultados em sala de aula e debate sobre as impressões e avaliações dos alunos.

Em termos avaliativos, todas as etapas envolvidas na realização do trabalho de campo serão consideradas, correspondendo a 30% do total de pontos distribuídos na disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIEGUES, A. C. O mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: EDUSP/NUPAUB, 1994.

KINKER, Sonia; Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais. 2. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2005. 224 p.

SEABRA, Giovani de Farias. Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas, SP: Papirus, 2001, 95p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, M. A. R. Unidades de Conservação no Brasil: Da República à Gestão de Classe Mundial. Belo Horizonte: Ed. Segrac, 2007.

ARNS, Paulo Cesar. Governança democrática e desenvolvimento territorial: avanços e limites das iniciativas brasileiras. In: ZAPATA, Tânia (Org.). Desenvolvimento Local e a Nova Governança. Recife: IADH, 2009.

BENSUSAN, N. Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BRASIL. Lei 9.985/2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, 2000.

_____. Decreto No 4.340/2002, que Regulamenta os artigos da Lei do SNUC No 9.985/2000.

COSTA, Patricia Cortes. Ecoturismo. São Paulo: Alpeh, 2002. 85p.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos (CODE 2011). Brasília, DF – 23 a 25 de Novembro de 2011.

DUPUY, J-P. Introdução à crítica da ecologia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

GUERRA, A. J. T. & COELHO, M.C.N. Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas. São Paulo. Ed. Bertrand Brasil. 2009

IRVING, M. A. (Org.). Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo Novos Significados. Rio de Janeiro: Ed Aquarius, 2006.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Séria Antropologia (UnB), Brasília, 2002.